

PRÁTICAS DISCIPLINARES NO CONTEXTO ESCOLAR: REVISÃO DA LITERATURA BRASILEIRA NA ÚLTIMA DÉCADA (2004–2014)

Vanessa Soares de Castro¹

Resumo: O presente trabalho apresenta uma pesquisa da literatura brasileira da última década (2004 – 2014) sobre o disciplinamento no contexto escolar. Realizaram-se buscas no Portal de Periódicos da Capes e na base de dados Scielo, pelos termos “disciplinamento” e “educação”; “disciplinamento” e “escola”; “práticas disciplinares” e “educação”; “práticas disciplinares” e “escola”. Verificou-se que o tema do disciplinamento nas escolas tem sido estudado no Brasil na última década por meio das seguintes perspectivas: análise da história do disciplinamento no contexto escolar brasileiro ao longo dos anos, apontando-o como atrelado à escola desde séculos passados; registros que exploram as formas pelas quais o disciplinamento se insere nas instituições escolares na atualidade; e análises que demonstram a lógica da sociedade de controle, descrita por Deleuze, presente no contexto escolar atual, se inscrevendo nas subjetividades dos sujeitos, em meio aos discursos incutidos no contexto escolar.

Palavras-chave: Práticas Disciplinares. Escola. Disciplinamento. Relações de Poder.

DISCIPLINARY PRACTICES IN THE SCHOOL CONTEXT: REVIEW OF BRAZILIAN LITERATURE IN THE LAST DECADE (2004–2014)

Abstract: This paper presents a survey of Brazilian literature of the last decade (2004 - 2014) on the discipline in the school context. Searches were done in the Capes Portal and Scielo database, by "discipline" and "education"; "Disciplining" and "school"; "Disciplinary practices" and "education"; "Disciplinary practices" and "school". It was found that the subject of discipline in schools has been studied in Brazil in the last decade through the following perspectives: analysis of the history of the discipline in the Brazilian educational context over the years, pointing it as tied to school from centuries past; records that explore the ways in which the discipline is included in schools today; analyzes that demonstrate the logic of control society, described by Deleuze, present in the current school context, signing the subjectivity of individuals, through instilled speeches in the school context.

Keywords: Disciplinary Practices. School. Disciplining. Power relations.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do SUL (IFRS). Psicóloga graduada pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: vanessa_s_castro@yahoo.com.br
Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 23, n. 1, p. 79-100, jan./jun. 2017.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a escola constitui-se como um equipamento social responsável por dispositivos de poder disciplinar. A “maquinaria escolar”, a qual se referem Heckert e Rocha (2014), atua de forma estratégica no aumento da capacidade produtiva dos corpos e de sua capacidade política de resistência. A escola se separou dos demais equipamentos sociais por efeito de uma economia de poder que dividiu o tecido social, com vistas ao controle dos corpos e do espaço social, além da otimização da produção. Assim, a escola, segundo Heckert e Rocha (2014), toma outras perspectivas, diversas de sua configuração como “templo universal do saber”.

Faz-se importante conhecer um pouco mais a respeito dos mecanismos do poder e do controle, que já vêm sendo motivo de estudos por Michel Foucault há algum tempo. Foucault (2012) buscou compreender detalhadamente o problema da dominação e da sujeição.

Uma das bases da disciplina, segundo Foucault (2012), diz respeito à distribuição espacial: às vezes, a disciplina exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo e fechado, o enclausuramento. No entanto, em geral, nos aparelhos disciplinares, o espaço é trabalhado de maneira mais flexível e tênue, através do princípio do “quadriculamento”: “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias” (FOUCAULT, 2012, p. 138).

Foucault descreve a montagem de “quadros vivos”, que transforma a multidão confusa, desorganizada e perigosa em multiplicidade organizada. Essa disposição permite ao mesmo tempo a distinção de cada indivíduo como indivíduo, e a colocação da multiplicidade em ordem; é condição essencial para o controle e o uso de elementos distintos (FOUCAULT, 2012).

Foucault (2012, p. 170), analisa também, para entender o processo de dominação, o controle das atividades, através de seus mais ínfimos detalhes: o horário, o rigor do tempo, sua divisão; o bom emprego do corpo e do tempo, não deixando espaço para a ociosidade ou inutilidade; e

a articulação entre corpo e objeto, de que forma cada mínima ação deve ser realizada. A isso se soma a fiscalização constante, que forma a essência da prática de ensino, pois: “uma relação de fiscalização, definida e regulada, está inserida na essência da prática de ensino: não como uma peça trazida ou adjacente, mas como um mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficiência” (FOUCAULT, 2012, p. 170).

Também na essência dos sistemas disciplinares, de acordo com Foucault (2012, p.173), está um pequeno mecanismo penal, um modelo reduzido do tribunal. O castigo disciplinar tem função de reduzir os desvios, sendo corretivo, e priorizam as punições da ordem do exercício: “aprendizado intensificado, multiplicado, muitas vezes repetido”. É a mecânica do castigo.

Segundo Deleuze (1990), no entanto, as sociedades disciplinares vêm sendo substituídas pelas sociedades de controle, e isso já é também explorado na obra de Foucault (2012). A sociedade de controle, explica Deleuze, age como uma moldagem auto deformante, que muda continuamente, a cada instante. Deleuze afirma que não se deve perguntar qual delas é mais dura ou mais tolerável, pois cada uma delas apresenta suas liberações e sujeições.

As problemáticas produzidas nas escolas atuais são efeitos do encontro entre condições de vida, circunstâncias políticas e institucionais, tradições, anseios, precarização e novas tecnologias da informação, dentre outros pontos de tensão (HECKERT, ROCHA, 2014). No lugar de tomar os dilemas dessa escola atual como universais e absolutos, como um *a priori* já dado, é preciso entender o lugar da instituição educacional como uma economia geral de poder, que requer da escola certas ações, que cobra funções e decreta sua crise por não corresponder ao que está sendo prescrito.

2 JUSTIFICATIVA

A pedagogia sempre foi associada à autoridade, como afirma Gadotti (2009): na pedagogia tradicional, o mestre era o centro da atividade educacional, sua autoridade não admitindo contestação. A pedagogia nova, segundo o autor, questiona esse princípio da autoridade.

Porém, atualmente, o conflito entre autoridade do mestre e liberdade do aluno ainda não está inteiramente resolvido (GADOTTI, 2009).

Assim o tema da pesquisa se justifica pela presença marcante das práticas disciplinares dentro das escolas, como um elemento que caracteriza a instituição escolar. A prática do ensino, por muitas vezes, acaba por ser reduzida à vigilância sobre o tempo, o espaço, o movimento e os gestos (GADOTTI, 2009).

Entretanto, pouco ou nada se discute, dentro do espaço escolar, a respeito das práticas disciplinares que perpassam o cotidiano da escola, as formas como são praticadas, quais seus objetivos e sobre que concepção de educação estão embasadas. Pouco se discute também sobre como o disciplinamento se insere na subjetividade dos estudantes. Assim, considera-se de grande importância verificar de que forma esse tema vem sendo abordado nas pesquisas científicas recentes e que discussões vêm sendo produzidas atualmente no meio acadêmico sobre a temática, levando em conta o contexto atual das escolas no Brasil com relação às práticas disciplinares.

3 OBJETIVO

Este artigo buscou verificar que discussões estão sendo feitas no meio acadêmico na última década (2004–2014) a respeito das práticas disciplinares no contexto escolar brasileiro. A partir da produção acadêmica, objetivou-se compreender: que práticas a escola contemporânea reconhece; quais se encontram presentes mesmo que de forma implícita; que discussões teóricas são possíveis a respeito dessas práticas; que teorias e ideologias as embasam; e como as práticas disciplinares são significadas por professores, pais e alunos.

4 METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa nas bases de dados do Portal de Periódicos Capes e da Scientific Electronic Library Online (SciELO), usando-se as seguintes palavras-chave: “disciplinamento”

e “educação”; “disciplinamento” e “escola”; “práticas disciplinares” e “educação”; e “práticas disciplinares” e “escola”. A busca foi filtrada para resultar apenas em artigos publicados em português, entre os anos de 2004 e 2014.

Para o desenvolvimento da análise e discussão dos artigos encontrados, foram excluídos aqueles cuja temática não vinha ao encontro dos objetivos deste trabalho (ou seja, artigos que não discutem as práticas disciplinares na Educação) assim como os artigos repetidos recuperados mais de uma vez durante a busca). Ao fim, foram selecionados 12 artigos, que serão apresentados e discutidos no presente trabalho.

5 O DISCIPLINAMENTO NAS ESCOLAS AO LONGO DO TEMPO

Foram encontrados artigos que estudam a relação do disciplinamento com a Educação no Brasil ao longo dos anos, por meio da análise da estrutura administrativa da instrução pública referente à organização escolar (WERLE, 2005), pelo estudo de obras literárias que retratam o cotidiano escolar no final do século XIX e início do século XX (MARCHI, 2013), e pela análise das práticas esportivas como forma de moldar e disciplinar o corpo (WERLE ; METZLER, 2010).

Werle (2005) analisou como funcionam e como mudam as estruturas administrativas da instrução pública em seus processos de disciplinamento da infância no final do século XIX, com base em documentos da Diretoria de Instrução Pública da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Segundo o autor, a criação de escolas públicas elementares, naquele período histórico e naquela região específica, significou ,especialmente, moralizar a infância, equalizando hábitos e atitudes, socializando as massas a padrões civilizados.

Para o autor, a criação de níveis para as escolas estava associada a novas relações sociais e econômicas, advindas do ambiente de urbanização que se instalava na província. Com a urbanização crescente, as escolas precisavam atender a um grande número de alunos simultaneamente, o que justificava a pedagogia da imobilidade e o tratamento rígido e

autoritário.

Para que fosse possível o ensino simultâneo, uma alternativa inovadora ,na época, descrita por Werle (2005), era a diferenciação de horário conforme a idade dos alunos. Uma tabela pedagógica, tal como a que funcionava em escolas da Suíça e da França definindo o tempo de trabalho escolar por idades, era proposta para o Rio Grande do Sul. No entanto, não havia uma revisão da estratégia de disciplinamento, dos espaços ou da metodologia de instrução adotada, apenas uma diferenciação com base na idade cronológica dos alunos.

Como descrito por Werle (2005), o parcelamento do tempo escolar, a distribuição de prédios e a diferenciação de espaços da escola bem como a sua segmentação em níveis são exemplos dos disciplinamentos a que a sociedade submete a infância em meio aos dos sistemas educativos.

A análise de Xavier e Sarat (2012) enfocou o caráter civilizador presente no processo de escolarização da criança nas obras literárias *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, e *Infância*, de Graciliano Ramos. Santos e Marchi (2013) realizaram uma análise sociológica dos mecanismos disciplinares descritos em *O Ateneu*, de Raul Pompéia. Segundo os autores, as concepções de criança existentes nas obras literárias auxiliam a pensar como foi a infância brasileira nos períodos relatados, e qual o papel da escola e da educação construídos nessa época.

As obras literárias analisadas por Xavier e Sarat (2012) apontam uma representação da infância, da criança e do processo civilizador escolar a partir de referências como medo, ansiedade e incompreensão acerca das práticas pedagógicas a que estavam sujeitos os personagens, representados por meninos. O uso de palmatórias e castigos físicos e morais e eram característicos da escola, como local de aprendizagem, rigor e normatização de práticas. As crianças/personagens apresentam a necessidade de serem controladas e reguladas ainda que seja com violência física, utilizada pelos professores, mas ainda, mais importante, era a necessidade de adaptação ao ambiente escolar.

A escola é representada como um local de amarras e sofrimento. Primeiro, o pequeno corpo que deve se ajustar ao uniforme escolar, depois, a postura correta à cadeira, e ainda, o ser e o agir de acordo com os preceitos do mestre. Os meninos personagens inserem-se numa ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que não se sentiam parte daquele processo, deveriam ajustar-se e enquadrar-se a ele. A escola aparece como aquela que ‘endireitará a criança’, consertará os seus instintos selvagens, o colocará em consonância com a perspectiva adulta e o preparará para as cobranças do mundo (XAVIER ; SARAT, 2012).

Nas duas obras– Infância e Menino do Engenho – o processo escolar impunha um novo ritmo à ludicidade dos meninos. O tempo escolar conferia severidade e rigor, havia um momento certo, para começar e terminar a brincadeira; para iniciar os estudos; para ir para casa. O tempo para a criança foi instituído com outra significância e simbologia; ela teve que aprender que existia outro tempo: o tempo escolar (XAVIER ; SARAT, 2012).

Xavier e Sarat (2012) perceberam como se estabelece o processo de aplicabilidade da vergonha às crianças, a partir das práticas desenvolvidas na escola. As técnicas e métodos pedagógicos foram dispostos, de maneira a obter a domesticação dos impulsos desregradados, o controle das suas pulsões sexuais, a regulação das funções corporais, por meio de vários preceitos pedagógicos, como os higiênicos, os moralizantes, os disciplinares e os de instrução. Dentre esses regulamentos, a vergonha aparecia como componente ativo na coerção das pulsões infantis.

Santos e Marchi (2013) analisaram as tecnologias disciplinares atribuídas ao espaço educacional, por meio das posições dos agentes que participam da rotina disciplinar do Ateneu, escola representada na obra de mesmo nome, por meio de disposições, interesses e sentidos coletivamente construídos. Os autores consideram que os mecanismos disciplinares são técnicas inerentes à instituição escolar enquanto uma estrutura hierárquica de relações de poder. As técnicas da disciplina potencializam a força e a utilidade dos indivíduos, sujeitando-os coordenadamente ao exercício apropriado às rotinas e às regras de conduta previstas e prescritas.

É por meio de qualidades visivelmente inscritas no próprio corpo dos agentes que é possível pensar a produção da crença na instituição escolar. Eventos onde se registram o resultado de um investimento incessante de aperfeiçoamento do corpo marcado por repetições, posturas determinadas, gestos precisos etc (SANTOS ; MARCHI, 2013). Como diz Foucault (2012), o ginasta pode ser fabricado na escola: a disciplina do exercício físico molda e torna o corpo perpetuamente disponível e se prolonga no automatismo dos hábitos; a disciplina como anatomia política do detalhe, da minúcia e do ínfimo.

Observações sobre a prática esportiva como forma de moldar e disciplinar o corpo são citadas por Werle e Metzler (2010), indo ao encontro das observações de Foucault (2012) sobre a noção de disciplinamento do corpo. Na década de 1940, nas primeiras Escolas Normais Rurais no Rio Grande do Sul, as práticas esportivas eram associadas aos ideais de uma moral e cívica brasileira e a ideais higiênicos. Os autores compreenderam que a prática do esporte coletivo nas escolas cristãs era adotada como um instrumento de conformação às regras e disciplinamento da conduta. Além de ocupar o tempo livre dos estudantes, o esporte tinha por objetivo integrar a rede de escolas. Essa representação de esporte parece ser compartilhada por diversas escolas cristãs da época, que acreditavam ser a prática esportiva proporcionadora de convívio social, instrumento de melhoria da saúde e fortalecimento da vontade, componentes representativos da boa conduta cristã.

Na obra “O Ateneu”, as estratégias de preservação e reprodução da ordem vigente, dependem “em certa medida” de uma cumplicidade com o grupo dominado. Entre os alunos, vigilantes são eleitos e armados, assumindo práticas do grupo dominante, como a imposição da ordem e o uso da força. São vigilantes delegados pelo próprio diretor, fazendo aparecer relações complexas na pirâmide hierárquica do colégio.

No entanto, como dizem Santos e Marchi (2013), isto não impede que ocorram resistências por parte dos submetidos a esses mecanismos. Franco, o aluno tido na obra como incorrigível, surge nesse sentido. O próprio pai incumbe à escola de tentar endireitá-lo, acreditando na capacidade de correção dessa instituição. À escola, é dado o poder de aplicar correções autônomas, não subordinadas a leis externas. Além disso, as penas de Franco têm um sentido

ritualizado, são cumpridas publicamente, ocupando um espaço de destaque, permitindo com que ela seja percebida e nunca esquecida em seu modo operante e em suas implicações.

Em “O Ateneu”, temos o poder como

[...] produtor de subjetivação, entendida como o processo de constituição de sujeitos, ou, mais exatamente, de subjetividades. Em relação à constituição da subjetividade, sabe-se que [...] este processo é atravessado por relações historicamente determinadas. Estas relações aparecem materializadas na forma de práticas sociais, instituições, regras de conduta, linguagens, etc (SANTOS; MARCHI, 2013, p. 356).

Os comportamentos das crianças vistos como desregrados tinham na escola um local para serem concertados e adaptados. Cabia à escola a responsabilidade de conduzir, preparar, reprovar, punir, consertar e conscientizar a criança para o seu convívio com os adultos. Entretanto, as formas de controle impostas às crianças não podem ser destituídas de seu tempo e espaço temporal. Xavier e Sarat (2012) apontam que as práticas pedagógicas foram sendo aplicadas de acordo com o seu contexto histórico-social. Dessa maneira, a criança pode ser inscrita em práticas que foram se alternando com o passar do tempo, de maneira que algumas delas foram, até mesmo, minimizadas ou abolidas pela escola. A cada tempo civilizatório escolar, um tipo de controle é instituído por meio das práticas pedagógicas. Isso possibilita que alguns modelos coercitivos sejam amenizados (extermínio da palmatória e dos castigos físicos) e faz com que outros sejam potencializados (uso das punições morais).

6 MECANISMOS DE DISCIPLINAMENTO NA ATUALIDADE

Para Havenstein (2010), os mecanismos de disciplinamento estão presentes na escola para auxiliar na formação de um futuro cidadão passivo e disciplinado, pois o exercício do poder incita, induz e desvia os comportamentos do indivíduo em disciplinamento. Alguns dos artigos pesquisados analisaram práticas de disciplinamento, como o uso dos livros de ocorrência (FONSECA; SALLES ; PAULA ; SILVA, 2014; RATTO, 2006), o uso de histórias infantis para o controle do comportamento das crianças na educação infantil (HAVENSTEIN, 2010) e o uso de diversas outras formas de disciplinamento e controle nas práticas pedagógicas, principalmente na disciplina de Matemática (GIONGO; MUNHOZ; Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 23, n. 1, p. 79-100, jan./jun. 2017.

OLEGÁRIO; 2014).

Os livros de ocorrência são mecanismos utilizados para exercer o controle do comportamento dos alunos dentro da escola. Por meio desses registros é feito o exame que disciplina os indivíduos, buscando definir cada aluno, identificando e corrigindo as irregularidades, em um contexto marcadamente normalizador. Cada criança torna-se um caso, sendo caracterizada, classificada e avaliada, visando-se a “ortopedia” dos comportamentos indisciplinados, como diz Ratto (2006).

Fonseca, Salles e Silva (2014) realizaram um estudo dos livros de ocorrências produzidos por professores de duas escolas públicas do Estado de São Paulo, analisando os registros referentes às turmas de 6ª série do Ensino Fundamental até o 1º ano do Ensino Médio. As pesquisadoras realizaram também entrevistas com os professores que haviam realizado mais registros nos livros de ocorrência. A pesquisa de Ratto (2006) também analisou os livros de ocorrência, porém de alunas de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental de Curitiba. Essa última autora analisou mais de 600 registros.

Na pesquisa de Fonseca, Salles e Silva (2014), as ocorrências mais registradas se referiam a acontecimentos comuns no cotidiano escolar, como alunos não realizando as atividades, sendo indisciplinados, atrapalhando a aula. Outro registro comum encontrado se referia a alunos chegando atrasados à aula ou não entrando na sala de aula quando deveriam, sendo que a principal providência nesses casos consistia em deixar o aluno fora da sala e fazer o registro do acontecido no Livro de Ocorrência. As autoras salientam a perversidade dessa lógica, que permite que o aluno atinja seu objetivo de não assistir a aula, de modo que, em nome da disciplina, pouco se interfere no processo educativo que a situação evidencia como necessário (FONSECA;SALLES; SILVA, 2014).

Já a pesquisa de Ratto (2006) encontrou registros principalmente a partir da infrequência escolar dos alunos, das queixas de pais e responsáveis que vêm até a escola para reclamar de situações de ameaça ou de agressão a seus filhos e algumas outras situações, como desrespeito aos professores e aos colegas. O autor em tela averiguou que os pais são chamados pela escola

à medida que seus filhos estejam acarretando problemas para o funcionamento escolar, sendo conscientizados ou cobrados com discursos “prontos e fortes”, que os colocam, bem como a seus filhos, em uma posição constrangedora, com restritas margens de negociação, contestação, relativização ou exposição de suas dificuldades.

Fonseca, Salles e Silva (2014) compararam os registros envolvendo alunos tidos como protagonistas de violência e os não protagonistas de violência, verificando que esses se assemelhavam em alguns aspectos, como no não cumprimento de regras para uma boa aprendizagem escolar, no desrespeito aos professores, no uso de palavrões, e mesmo no protagonismo em agressões físicas. A partir disso, Fonseca, Salles e Silva levantam questionamentos sobre qual o sentido atribuído ao desrespeito no âmbito escolar, como a relação professor-aluno foi construída nos casos registrados, e por que alguns alunos eram considerados protagonistas de violência e outros não, mesmo havendo pouca diferença entre os registros dos alunos pertencentes aos dois “grupos”.

O significado historicamente construído sobre o respeito ao professor foi sendo significado como uma relação hierárquica, baseada no medo da autoridade, porém, segundo as autoras, hoje os alunos não mais se sentem, necessariamente, subordinados à autoridade, o que coloca o desafio de construir sentidos para a palavra respeito em uma perspectiva mais horizontal. Fonseca, Salles e Silva (2004) questionam se espaços neste sentido existem no cotidiano escolar, que permitam a construção de outros sentidos para a palavra respeito, indo além dos registros em Livros de Ocorrência.

Os registros encontrados nos Livros de Ocorrências por Fonseca, Salles e Silva, em geral, se referiam a suposta inadequação dos alunos às normas de uma “boa convivência social escolar”. Assim, os atos de violência na escola, no sentido jurídico do termo, continuam raros no ambiente escolar; destacam-se as pequenas agressões, o desrespeito e as incivildades constantes. São esses atos que geram o clima de insegurança, de que “tudo pode acontecer”, sendo esse clima enfatizado pela mídia, que constantemente apresenta, de forma dramática, atos de violência em escolas de periferias, atrelando violência e pobreza (FONSECA; SALLES; SILVA, 2004, p. 38).

Em sua pesquisa, Ratto (2006) notou a forte expectativa da escola de corrigir os problemas disciplinares que encaminha e registra nos Livros de Ocorrência, muitas vezes prescrevendo até o número de atendimentos terapêuticos que o aluno necessita para que apresente índices de melhoria. Segundo a autora, as narrativas dos registros mostram também a aliança que se cria entre escola e pais, sendo que muitas vezes a simples menção ao chamamento dos pais já é suficiente para haver uma mudança no comportamento do aluno.

É significativa a quantidade de ocorrências em que se registra a presença dos pais ou em que tal presença funciona como forma de ameaça sobre as crianças, o que sinaliza a estreita parceria existente entre a escola e os pais nos esforços disciplinadores em questão. Entretanto, há registros de muitas narrativas que apresentam sinais de atritos, críticas, ameaças, imposições ou frustração, por parte da escola com relação aos pais.

Normalmente, os responsáveis aparecem nas narrativas como alvos de submissão. As narrativas que aludem à decisão compartilhada, à concordância ou à ciência deles, indicam ,principalmente, que estão informados ou notificados da posição tomada unilateralmente pela escola, posição muitas vezes reforçada por ameaças. Em geral, as narrativas não traziam descrição de elementos de resistência por parte dos alunos ou de seus pais, portanto, concluiu-se que esses tendem a colaborar e a agir no sentido do acatamento das medidas escolares.

Na pesquisa de Ratto (2006), 18% dos relatos encontrados referem-se á infrequência das crianças na escola. Isso se deve ao fato de que o Estado e os responsáveis pelas crianças podem ser legalmente responsabilizados, na medida em que não efetivarem à criança o direito de frequentar as aulas, o que gera pressões consideráveis. Esse é um dos principais motivos para a escola registrar zelosamente os casos em que há problemas de assiduidade, pois comprova que faz a parte que lhe cabe, protegendo-se de possíveis acusações.

Fonseca, Sales e Silva (2014) também verificaram esse sentido de proteção da escola por meio dos Livros de Ocorrência ao entrevistar professores. Os educadores consideram os registros nos Livros de Ocorrência, como um instrumento de autoproteção, ao passo que

também constroem uma trajetória comportamental dos alunos, que justifica as medidas tomadas pela escola.

Segundo Havenstein (2010), certas personagens têm o poder de inibir comportamentos, como é o caso do lobo mal, na história da Chapeuzinho Vermelho, ou da bruxa com sua maçã envenenada em Branca de Neve e os Sete Anões, histórias criadas e contadas desde séculos passados. A autora descreve o uso de técnicas que se revestem de um caráter lúdico, divertido e moderno, no disciplinamento de crianças na educação infantil: o momento da contação de histórias. A autora mencionada analisou lendas e histórias que são criadas e contadas para as crianças como mecanismos de disciplinamento, e cita a lenda do Curucutu, criada por uma professora da rede estadual de educação do estado de Santa Catarina:

Havia na floresta um velho muito enrugado, feio e esquisito. O nome dele era Curucutu [...]. Ele está a procura de um filho que tem cerca de seis ou sete anos [...]. A professora é amiga do Curucutu e vai devolver o filho para o Curucutu se ela encontrá-lo [...]. O Curucutu não toma banho, só come minhocas, batatas, aranhas e cobras e não para quieto [...]. Sendo assim, se alguém encontrar por aí, uma criança que se mexe igual a uma minhoca, se sacoleje inteira e não para quieta, pode ter certeza, é o filho do Curucutu. É só entrar em contato com a professora, que ela mesma se encarrega de devolver o filho do Curucutu para o pai, que mora lá na floresta e espera ansioso para ensinar seu filho a ser um verdadeiro Curucutu (HAVENSTEIN 2010, p. 137).

Histórias como a do Curucutu, segundo Havenstein (2010), utilizam-se de movimentos disciplinadores que são frequentemente colocados à tona. Ao ouvi-las, as crianças não pensam, nem demoram para entender o que se espera delas: ordem e obediência.

Assim, vê-se que, em situações de sala de aula, o uso da literatura infantil pode atuar ainda como instrumento que assusta e constrange, bem como era usada no século XIX. Isto revela que as escolas têm práticas disciplinadoras planejadas, que transfiguram jogos e brincadeiras em instrumentos de controle, além do uso da literatura infantil voltada a obter das crianças os comportamentos desejados e tidos como legítimos no espaço escolar, utilizando-se do medo (Havenstein, 2010).

A pesquisa de Giongo, Munhoz e Olegário (2014) analisou entrevistas com docentes atuantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. As autoras evidenciaram a presença de estratégias

de disciplinamento e de controle nas práticas pedagógicas dos docentes entrevistados, e encontraram a disciplina de Matemática como ocupando lugar de destaque no currículo escolar.

Giongo, Munoz e Olegário (2014) verificaram que a ideia de uma escola de resultados se faz mais significativa do que uma escola como espaço de aprendizagem e de afetos. Ao ser questionada sobre as estratégias que a escola utiliza hoje para resolver questões disciplinares, uma das professoras entrevistadas respondeu que não se usam mais os mesmos mecanismos de punição como antigamente, referindo-se a bater no aluno, colocar de castigo, ajoelhar em milho. Hoje, segundo ela, o que é feito é uma conversa com o aluno para tentar melhorar as atitudes dele. Para as autoras, “o discurso pedagógico se torna uma estratégia de controle, pois se ensina não somente conteúdos, mas também uma ordem moral que extrapola o espaço da escola” (GIONGO; MUNOZ; OLEGÁRIO, 2014, p. 78).

O conhecimento acerca das ações e das atividades que os alunos exercem parece, segundo as autoras, ter mais importância na escola do que o cuidado com o processo de aprendizagem dos alunos. Há uma relação direta do bom comportamento e a ideia de recompensa, assim como, sendo um determinado comportamento indesejado, ele pressupõe uma ação por parte da escola e dos professores com um único objetivo: melhorar o comportamento do aluno.

Giongo, Munhoz e Olegário (2014) encontraram nas falas das professoras entrevistadas um destaque dado a disciplina de Matemática, e concluíram que essa primazia está em consonância com as estratégias de disciplinamento e controle, problematizadas por sua pesquisa. Também concluíram que a vigilância, a sanção normalizadora e, principalmente, o exame fazem parte do poder exercido pelos professores sobre os alunos. Foucault (2012) descreve o exame e as características que fazem dele uma importante ferramenta disciplinar, que dá visibilidade aos indivíduos para poder dividi-los e sancioná-los. O exame manifesta a sujeição daqueles que são os “objetos” e a objetivação daqueles que sujeitam; Ele aponta e coloca a mostra aqueles aos quais sujeita; Ele documenta, identifica e descreve esses sujeitos, possibilitando sua análise e sua comparação com os outros indivíduos do sistema. Por fim, o exame faz de cada indivíduo, um caso.

7 ESTRATÉGIAS DE GOVERNAMENTO DA ESCOLA NA SOCIEDADE DE CONTROLE

Nos artigos pesquisados, foram encontradas outras formas de controle e normalização das crianças e adolescentes pela escola, que perpassam as estratégias diretas de disciplinamento, indo além delas. São as estratégias de governo. Para tal, a instituição escolar faz uso de mecanismos que levem à condução do meio escolar e de seus sujeitos, moldando-os da maneira mais conveniente. Em “A Microfísica do Poder”, Foucault (2012) nos apresenta a ideia de *governamentalidade*:

O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2012, p.429).

O que caracteriza a sociedade de controle, segundo Giongo, Munhoz e Olegário (2014), é seu caráter inconclusivo, incompleto, ininterrupto e contínuo, em que todos vigiam a todos e também a si mesmos, o que gera um tempo de incertezas, colocando em crise as instituições, entre elas, a escola.

Diversas formas de governo foram descritas nos artigos pesquisados: os discursos sobre saúde inculcados na abordagem do tema pela escola (BARROS, 2013); as abordagens do tema sexualidade no contexto escolar (MELO et al., 2010); a medicalização e a judicialização das questões escolares (HECKERT; ROCHA, 2014); e a educação disciplinadora sendo justificada pela educação moral (PONCE, 2009).

Barros (2013,p.363) abordou em seu estudo a questão do biopoder e da biopolítica presentes nos ambientes escolares. O autor busca “compreender como os agenciamentos produzidos pelo signo *saúde* no contexto escolar indicam a presença de mecanismos biopolíticos no campo educacional”. Barros (2013) define biopoder e biopolítica a partir de Foucault: o biopoder é aquele que se incumbe da vida em geral, do corpo e da população. A biopolítica atua num outro tipo de corpo, e tem como objeto regular os modos de vida da população e estabelecer mecanismos de controle social. Para o autor, o poder disciplinar e a biopolítica

incidem, respectiva e articuladamente, sobre o indivíduo e sobre a coletividade.

Atualmente, com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), temas como saúde e orientação sexual passam a ser conteúdos transversais, a serem trabalhados em cada área do conhecimento. O que se percebe, porém, para Barros (2013), é a intensificação da entrada de diversas categorias profissionais de saúde para falar sobre assuntos diversos na escola, como médicos, enfermeiros e psicólogos. Práticas e concepções disciplinarizantes e de regulação biopolítica continuam tendo lugar, inclusive sendo a forma vigente das discussões sobre saúde em muitas escolas.

Na inserção dos temas “sexualidade” e “drogas” pelos participantes das oficinas realizadas por Barros (2014), viu-se que ambos os temas foram propostos para discussão por uma obrigatoriedade de manter os jovens informados e alertas, mesmo que o assunto acabe surgindo a exaustão. Para o autor, essa “escolha” remete à sociedade de controle descrita por Deleuze (1990), na qual o poder não se localiza em um único agente, mas captura o próprio desejo. Não sabe mais quem domina e quem é dominado, nós administramos nosso próprio controle.

Isso também se verifica quando o assunto são as drogas. Os próprios adolescentes demonstraram se apropriar dos discursos de prevenção de drogas que mais se utilizam nas escolas: o discurso proibicionista, que se caracteriza pelo apelo moral e pela produção de medos, persuadindo as pessoas à abstinência (BARROS, 2013). O tema sexualidade é abordado da mesma maneira, enfatizando-se a prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis (DST's), o uso de camisinha, sem abordar nenhuma outra questão relativa à sexualidade.

Para Barros (2013), ao virem à tona nas discussões sobre drogas e sexualidade, os signos do risco e da prevenção ilustram como as práticas discursivas em torno da saúde agenciam cruzamentos entre o disciplinamento dos indivíduos e os processos biopolíticos de normalização social da vida da população juvenil. São

estratégias que não se restringem a excluir os diferentes, a vigiar e punir anormalidades, a coagir os corpos pelo disciplinamento, visto que também buscam incluir diferenças, orientar as condutas dos indivíduos sobre si mesmos, angariar a adesão voluntária de todos em nome de ideias consensuais, sob um viés preventivo que antevê riscos e se antecipa às condutas (BARROS, 2013, p.378).

Melo *et al.* (2010, p.352), que investigaram o discurso sobre a sexualidade em escolas religiosas e laicas, também encontraram a temática da educação sexual intimamente atrelada aos assuntos de gravidez precoce, métodos contraceptivos, DST's, além da questão do namoro dentro da escola. As autoras observaram certa homogeneidade entre os discursos das escolas religiosas, nas quais foi verificada a necessidade de se inculcar valores cristãos nas práticas de ensino. “[...] Coloca-se o sexo em discurso com o intuito de se controlar, de se gerenciar as práticas sexuais, bem como de se produzir um saber acerca da sexualidade que teria o estatuto de saber verdadeiro”.

Nota-se, então, uma ordem produtiva, que busca criar um discurso e uma forma de se entender a sexualidade e o corpo. Entretanto, o discurso repressivo também foi observado nas falas dos entrevistados, demonstrando que essas ordens não são autoexcludentes, ou seja, a produção de discursos ditos corretos sobre a sexualidade se faz ao mesmo tempo que se reprimem comportamentos e manifestações contrárias.

Ainda no âmbito dos governamentos e da biopolítica, Heckert e Rocha (2014) apontam a judicialização e a medicalização como delineamentos de destaque no cenário escolar atual. Segundo as autoras, no lugar de tomar os tensionamentos experimentados no processo de ensinar e aprender e no contexto da convivência no espaço escolar como analisadores dos modos de formar e gerir a escola, o afrontamento à ordem estabelecida tem sido tratado como problema médico, jurídico ou problema de polícia.

Heckert e Rocha (2014) descrevem a medicalização da vida escolar como expansão da jurisdição médica para o âmbito dos processos educacionais. Essa vem transformando em casos médicos as inquietações, perturbações, conflitos e tensões presentes no contexto escolar. Se observa a intensificação, por parte dos profissionais da educação, da demanda por diagnósticos médicos, com emissão de laudos, que nomeiem os problemas com os quais a escola tem lidado. Essa regulamentação da vida se ampara em discursos cientificistas, como

Pró-Discute: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 23, n. 1, p. 79-100, jan./jun. 2017.

um dispositivo biopolítico de governo da vida, de controle dos modos de existência.

O mesmo segue com a judicialização dos acontecimentos surgidos nas escolas, que se caracteriza pela expansão da ação da justiça no território da escola, com o aparato jurídico sendo acionado para intervir em conflitos em seu contexto e/ou para esclarecer dúvidas, muito mais quanto aos deveres não cumpridos pelos alunos do que com relação aos direitos sociais não garantidos (HECKERT; ROCHA, 2014).

Utilizando-se de ameaças de punição, intensifica-se a criminalização de ações que interrogam as práticas instituídas. O processo de judicialização da sociedade se torna uma alternativa à escola para velhos e novos problemas, prometendo aos educadores o apoio para o cumprimento da estressante jornada de trabalho. “A lógica judicial passa a permear o cotidiano escolar, ofertada e requisitada, principalmente, para manter a ordem” (HECKERT; ROCHA, 2012, p. 90). A presença de policiais nas portas e pátios das escolas, o acionamento dos Conselhos Tutelares para intervir em conflitos escolares, a solicitação de presença do Ministério Público para regulamentar as condutas, tornam-se acontecimentos quase comuns (HECKERT; ROCHA, 2014).

Além da biopolítica, também é possível observar a questão dos governamentos por meio da educação moral. Ponce (2009) afirma que, nas raízes da instituição escolar moderna, há a preocupação com a educação moral. No Brasil, disciplinas como “Educação Moral e Cívica” e “Estudos de Problemas Brasileiros” estiveram no currículo das escolas, com um caráter disciplinatório e doutrinário, até os anos 1990 (PONCE, 2009).

Segundo Ponce (2009, p.5), essa experiência brasileira com “uma educação moral baseada em valores absolutos, inflexíveis e indiscutíveis, transmitidos como normas autoritárias a serem seguidas, marcou a escola produzindo uma radicalização indesejada”. Com a elaboração dos PCNs, no final da década de 1990, a formação do indivíduo de forma integral, incluindo no sentido ético, foi colocada em pauta. Entretanto, o autor citado argumenta que uma educação em valores, que deveria ser fundada na autonomia e na construção da cidadania, acaba sendo praticada como uma educação moral, dogmática e moralista, no sentido pejorativo do termo.

A ética continua não sendo contemplada.

Ponce (2009) critica, então, a educação moral que acabou por cair no campo do disciplinamento. Segundo a autora, a educação em valores não se trata de ditar as regras e fazer cumpri-las, mas sim, de garantir espaço para que a regra seja sempre objeto de reflexão, cujo princípio é o respeito ao outro.

8 CONCLUSÃO

Os artigos encontrados nesta pesquisa e abordados ao longo deste trabalho mostram as formas a partir das quais o tema do disciplinamento nas escolas tem sido estudado no Brasil nos últimos anos: a análise da instituição escolar brasileira ao longo dos séculos, por meio de documentos oficiais e de obras literárias, apontando o disciplinamento como atrelado à escola desde séculos passados; relatos, observações e registros nas escolas contemporâneas, que exploram as formas sutis e coercivas pelas quais o disciplinamento se insere nas instituições escolares na atualidade; e, finalmente, por meio de análises que demonstram que, como afirmou Deleuze (1990), vivemos sob a lógica da sociedade de controle, lógica essa que se inscreve nas subjetividades dos sujeitos, inclusive por meio dos discursos presentes no contexto escolar.

Havenstein (2010) nos leva a pensar em quanto as práticas pedagógicas ainda estão “vestidas” com as roupagens das práticas disciplinares, carregando ainda seus resquícios, mesmo de forma velada. Não se usa mais o termo “castigo”, já não se aplicam mais as punições físicas, mas as intenções dessas seguem presentes nas práticas atuais: inibir comportamentos, disciplinar corpos e produzir subjetividades domesticadas.

Entretanto, pouco ou nada se fala – ao menos nos estudos aqui analisados – sobre que discussões são feitas nas escolas sobre as questões disciplinares e de controle. Afinal, um tema tão presente no cotidiano das escolas, nas práticas de professores e funcionários, nas rotinas de todos os envolvidos, não é discutido neste contexto? Heckert e Rocha (2014)

argumentam que interferir no estado de coisas instituídas na escola requer que se coloque em análise o modo como as artes de governar tem engendrado práticas de gestão, de trabalho e de formação.

A indisciplina, segundo as autoras, provocam as tensões que podem gerar outros modos de pensar e fazer o cotidiano escolar. As autoras caracterizam indisciplina como a irreverência que desacata as normas estabelecidas, normas essas que se multiplicam com intensa velocidade, pois são criadas a todo o momento algo que foge ao controle, ocorrendo, muitas vezes, que nem os educadores nem alunos sabem de sua existência.

REFERÊNCIAS

BARROS, João Paulo Pereira. Biopolítica e Educação: relações a partir das discursividades sobre saúde na escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 361-381, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/21428>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum - sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1990.

FONSECA, Débora Cristina; SALLES, Leila Maria Ferreira; SILVA, Joyce Mary Adam de Paula. Contradições do processo de disciplinamento escolar: os “Livros de Ocorrências” em análise. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo. v. 18, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572014000100004&lang=pt>. Acesso em: 21 dez. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2009.

GIONGO, Ieda Maria; MUNHOZ, Angélica Vier; OLEGÁRIO, Fabiane. Ecos da escola básica: estratégias de disciplinamento e controle. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 19, n. 2, p. 68-83, maio /ago. 2014. Disponível em:

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 23, n. 1, p. 79-100, jan./jun. 2017.

<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/2378/pdf_244>. Acesso em: 21 dez. 2014.

HAVENSTEIN, Sharlene Wenz. A lenda do Curucutu e outras histórias: um estudo sobre a utilização de histórias infantis como mecanismos de disciplinamento. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 31, n. 1, p. 135-142. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/6563>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

HECKERT, Ana Lucia Coelho; ROCHA, Marisa Lopes. A maquinaria escolar e os processos de regulamentação da vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, número especial, p. 85-93, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000400013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 dez. 2014.

MELO, Eugênia Marques de Oliveira; ARRUDA, Débora Pinho; ALENCAR, Helenira Fonseca de; COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues. O Dito e o Não Dito na Educação Sexual: Uma Produção Discursiva. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 2, p. 346-361, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200010>. Acesso em: 21 dez. 2014.

PONCE, Branca Jurema. A Educação em Valores no Currículo Escolar. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 5, n. 1, dez. 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3255>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

RATTO, Ana Lúcia Silva. Disciplina, infantilização e resistência dos pais: a lógica disciplinar dos níveis de ocorrência. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1259-1281, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302006000400009&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 dez. 2014.

SANTOS, Tiago Ribeiro; MARCHI, Rita de Cássia. O Ateneu: uma análise de mecanismos disciplinares no romance de Raul Pompeia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 339-360, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/21127>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Instrução Pública e Configuração do Mundo Urbano. **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel**, Pelotas, v. 9, n. 18, p. 83-95, set. 2005. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4063005>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; METZLER, Ana Maria Carvalho. Missão evangelizadora: mediações da prática esportiva. **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPeL**, Pelotas, v. 14, n. 32, p. 199-219, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/28665>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

Trabalho recebido em: 02/08/2015

Aceito em: 03/02/2017

Publicado em: 30/06/2017

COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO:

CASTRO, Vanessa Soares de. Práticas disciplinares no contexto escolar: revisão da literatura brasileira na última década (2004–2014). **Revista Pró-Discente**, Vitória, v. 23, n. 1, p. 79-100, jan./jun. 2017.